

# POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: PROPOSTA DE ANÁLISE RELACIONAL A PARTIR DE REDES E ESPAÇOS SOCIAIS

Leandro Garcez Targa<sup>1</sup>  
Mario Schettino Valente<sup>2</sup>  
Dawisson Belém Lopes<sup>3</sup>

Este artigo apresenta um *framework* que integra dois modelos de análise relacional: a análise de redes sociais de políticas públicas e a construção de representação geométrica dos espaços sociais de agentes de políticas públicas, utilizando a técnica estatística da análise de correspondências múltiplas (ACM). O objetivo principal deste estudo é compreender a política externa em suas diversas fases, fundamentando-se nas características específicas dessa área enquanto política pública. A política externa, em regra, enfrenta maiores constrangimentos, devido à sua conexão direta com o ambiente externo, por um lado, e às dinâmicas domésticas de competição, coordenação ou cooperação entre entidades com capacidades assimétricas, por outro. A internacionalização das políticas públicas amplia o caráter transversal da política externa; a falta de institucionalização de canais de participação e contestação, aliada a restrições à informação, transforma essa política pública em um fenômeno singular. A abordagem proposta busca superar desafios teóricos e empíricos, tentando compreender características sociais dos agentes na política externa e oferecendo maneira alternativa para avaliar o ciclo da política externa, marcado por confidencialidade, dispersão de agentes e baixa institucionalização da participação dos interesses organizados. O artigo detalha as questões centrais das análises de redes sociais e espaços sociais, apresenta o *framework* de análise proposto e discute suas possíveis aplicações em estudos de política externa, concluindo com considerações sobre suas contribuições para a análise de política externa (APE) e análise de políticas públicas (APP).

**Palavras-chave:** política externa brasileira; políticas públicas; análise relacional; redes sociais; espaços sociais.

## FOREIGN POLICY AS PUBLIC POLICY: A PROPOSAL FOR RELATIONAL ANALYSIS BASED ON SOCIAL NETWORKS AND SOCIAL SPACES

This article presents a framework that integrates two models of relational analysis: social network analysis of public policy and the construction of a geometric representation of the social spaces of public policy agents, using the statistical technique of multiple correspondence analysis (MCA). The main objective is to understand foreign policy at its various phases, based on the specific characteristics of this area as a public policy. As a rule, foreign policy faces greater constraints

---

1. Residente pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); membro da Rede Interinstitucional de Pesquisa em Política Externa e Regime Político (Ripperp); e mestre e doutor em ciência política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9938-2779>. E-mail: leandro.g.targa@gmail.com.

2. Professor adjunto no Núcleo de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC) de Belo Horizonte; e pesquisador visitante da Norman Paterson School of International Affairs da Carleton University (2017-2018). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0187-882X>. E-mail: mario.s.valente@gmail.com.

3. Professor associado de política internacional e comparada da UFMG; bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq; pesquisador visitante do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Oxford (2022-2023) e do Instituto Alemão de Estudos Globais e de Área (Giga) (2013); e professor visitante da Universidade Católica de Louvain (2016). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1949-1001>. E-mail: dawisson@ufmg.br.

due to its direct connection with the external environment on one hand, and domestic dynamics of competition, coordination, or cooperation among entities with asymmetric capacities on the other. The internationalization of public policies broadens the cross-cutting nature of foreign policy; the lack of institutionalized channels for participation and dissent, coupled with information restrictions, turns this public policy into a unique phenomenon. The proposed approach seeks to overcome theoretical and empirical challenges, aiming to understand the social characteristics of agents in foreign policy and providing an alternative way to assess the foreign policy cycle marked by confidentiality, agent dispersion, and low institutionalization of organized interests' participation. The article is structured in four sections, detailing the central issues of social network and social space analyses, presenting the proposed analysis framework, and discussing its possible applications in foreign policy studies. It concludes with remarks on its potential contributions to foreign policy analysis (FPA) and public policy analysis (PPA).

**Keywords:** Brazilian foreign policy; public policy; relational analysis; social networks; social spaces.

## LA POLÍTICA EXTERIOR COMO POLÍTICA PÚBLICA: UNA PROPUESTA DE ANÁLISIS RELACIONAL BASADA EN REDES Y ESPACIOS SOCIALES

Este artículo presenta un marco que integra dos modelos de análisis relacional: el análisis de redes sociales de políticas públicas y la construcción de una representación geométrica de los espacios sociales de agentes de políticas públicas, utilizando la técnica estadística de análisis de correspondencias múltiples (ACM). El objetivo principal es comprender la política exterior en sus diversas fases, basado en las características específicas de esta área como política pública. La política exterior, por lo general, enfrenta mayores limitaciones debido a su conexión directa con el entorno externo, por un lado, y a las dinámicas domésticas de competencia, coordinación o cooperación entre entidades con capacidades asimétricas, por otro. La internacionalización de las políticas públicas amplía el carácter transversal de la política exterior; la falta de institucionalización de canales de participación y contestación, junto con restricciones a la información, convierte a esta política pública en un fenómeno singular. El enfoque propuesto busca superar desafíos científicos y empíricos, procurando comprender las características sociales de los agentes en la política exterior y ofreciendo una forma alternativa de evaluar el ciclo de la política exterior, marcado por la confidencialidad, la dispersión de agentes y la baja institucionalización de la participación de los intereses organizados. El artículo está estructurado en cuatro secciones, detallando los problemas centrales de los análisis de redes sociales y espacios sociales, presentando el marco de análisis propuesto y discutiendo sus posibles aplicaciones en estudios de política exterior, concluyendo con consideraciones finales sobre sus contribuciones a la análisis de política exterior (APE) y análisis de políticas públicas (APP).

**Palabras clave:** política exterior brasileña; políticas públicas; análisis relacional; espacios sociales.

JEL: Z18; D73.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm33art7>

Data de envío do artigo: 23/1/2024. Data de aceite: 21/5/2024.

### 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos um *framework* que reúne dois modelos de análise relacional: a análise de redes sociais de políticas públicas e a construção de representação geométrica dos espaços sociais de atuação de agentes de políticas públicas,

a partir da técnica estatística da análise de correspondências múltiplas (ACM) – para compreender a política externa e as diversas etapas de seu ciclo.<sup>4</sup> A proposição desse *framework* justifica-se pelas características da política externa como política pública. Conforme conceito produzido por Valente e Lopes (2022), uma política pública é

um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por grupos de atores, estatais ou mediados pelo Estado, a partir de interações formais e informais com interesses organizados, sob constrangimentos internos e externos, que define objetivos, estratégias de atuação, escolha de meios e de alocação de recursos, com vistas a produzir ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou a modificar a realidade de um ou de vários setores da vida social (Valente e Lopes, 2022, p. 11).

Esse conceito, delimitado a partir das formulações de Saravia (2006) e Jenkins (1978 *apud* Howlett, Ramesh e Perl, 2013), apresenta vantagens heurísticas em relação a outras definições mais sintéticas, como a de Dye (1972, p. 2, tradução nossa), em que a política pública é “aquilo que o governo decide ou não fazer”, ao evidenciar ao menos sete dimensões da política pública: i) o seu conjunto de decisões; ii) os seus diversos níveis (a definição de objetivos, a estratégia de atuação e a alocação de recursos e meios); iii) os atores que tomam essas decisões, o que pode abarcar tanto instituições públicas ou privadas quanto os agentes destas; iv) a possibilidade de influência de interesses organizados sobre a tomada de decisão; v) a possibilidade de a tomada de decisão e a interação entre os tomadores de decisão e os interesses organizados serem constrangidas por fatores nacionais ou internacionais, como a opinião pública, os contextos político e econômico, as restrições institucionais, entre outros; vi) a finalidade da política pública em relação ao setor ou setores da vida social em que pretende atuar; e vii) a finalidade da política pública em termos de manutenção ou alteração da situação atual.

Um Estado implementa a sua política externa também na sociedade internacional, junto a outros entes soberanos e atores internacionais,<sup>5</sup> com vistas a

4. O ciclo de políticas públicas compreende a produção dessas políticas como uma sequência de estágios ou fases. Essa sequência não é apenas linear e voltada para a produção da política pública (*output*), mas incorpora as ações de avaliação e controle daquelas em execução ou já executadas, que retroalimentam a produção política (*input*) em um processo contínuo e cíclico (Jann e Wegrich, 2007). As fases do ciclo de políticas públicas variam ligeiramente conforme o autor, mas abarcam ao menos as seguintes ações, ainda que combinadas: i) definição de agenda; ii) formulação; iii) decisão; iv) implementação; e v) avaliação e controle (Frey, 2000). A principal crítica à utilização da estrutura do ciclo de políticas públicas reside na eventual artificialidade da divisão por fases, visto que podem ocorrer interpenetrações que dificultariam ou impossibilitariam a distinção clara de cada fase ao se realizar a observação empírica, ou na falsa impressão de que as fases, no ciclo, acontecem, necessariamente, na mesma ordem. Contudo, o conceito de ciclo de políticas públicas é um importante recurso heurístico, pois permite sistematizar e comparar diversos processos de produção política em termos de sua estrutura formal, das distribuições de competência e da participação dos atores (Jann e Wegrich, 2007).

5. Conforme expõe Rosenau (1964), a delimitação de área temática de uma política pública ressalta algumas especificidades em contraste com outras áreas ou com o conceito geral.

manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social de seus cidadãos em seu território nacional ou alhures (Neack, 2008; Headley e Wyk, 2012). Essa projeção para fora do território nacional tende a atrair maiores interesses de atores internacionais, estatais ou não estatais, que também mobilizam recursos para promover seus interesses. Portanto, o ciclo da política externa está sujeito a maiores constrangimentos internacionais que outras políticas públicas, em razão de estar conectado de forma mais direta ao ambiente externo e pelas dinâmicas de competição, coordenação ou cooperação entre entes de capacidades, por vezes, assimétricas (Neack, 2008; Milani, 2015; Hill, 2016).

Outra especificidade da política externa deriva de dinâmicas de outras políticas públicas e da expansão da agenda internacional que engendram a internacionalização das políticas públicas, em que áreas não tradicionais da política externa, como educação e saúde, passam a interagir com a sociedade internacional (Pinheiro e Milani, 2012; Faria, 2012; Hill, 2016; Milani e Pinheiro, 2017). A internacionalização incrementa o caráter transversal da política externa e a torna parte de outras políticas públicas (Pinheiro e Milani, 2012; Faria, 2012; Milani e Pinheiro, 2017). Conforme sintetiza Burges (2017, p. 14-15, tradução nossa):

Em termos práticos, a política externa é simplesmente outra área de política pública condicionada por estruturas institucionais e práticas que reagem às possibilidades e limitações inerentes ao contexto político, econômico, social e de segurança, [nos planos] nacional e internacional. (...) A gama de campos de ação com implicações de política externa e de atores envolvidos está crescendo rapidamente para além das questões militares, comerciais, de segurança e da política internacional, que tradicionalmente ocupam os diplomatas. Mesmo decisões políticas aparentemente inócuas sobre a promoção da cultura nacional, sobre o desenvolvimento de protocolos de saúde ou sobre investigações em áreas especializadas, como regulamentações fitossanitárias e padrões de televisão digital, podem discretamente afetar o “*soft power*” de um país e influenciar outros atores internacionais.<sup>6</sup>

Conforme exposto, essas especificidades não se mostram contraditórias ao conceito de política pública apresentado anteriormente, mas se encontram contempladas por este. Ao se conceber a política externa como uma política pública como as demais, sem ser singularizada sobre o pretense isolamento da “razão de Estado” ou do “interesse nacional” (Bourdieu, 1997; Lopes, 2011), torna-se desejável que esta política pública – como ocorre com suas congêneres – seja objeto de escrutínio.

---

6. “In practical terms, foreign policy is simply another area of public policy conditioned by institutional structures and practices reacting to the possibilities and limitations inherent in the domestic and international political, economic, security, and social context. (...) The range of fields of action with foreign policy implications and the actors involved is rapidly growing beyond the military, trade, security and international political issues that have traditionally occupied diplomats. Even seemingly innocuous policy decisions about the promotion of national culture, the development of health protocols, or investigations into specialist areas such as phytosanitary regulations and digital television standards can quietly impact a country’s ‘soft power’ and bring influence to bear upon other international actors.”

Ainda, a política externa é um fenômeno caracterizado pela baixa institucionalização de canais de participação e de contestação para os interesses organizados<sup>7</sup> (Pomeroy, 2016), em especial em grande parte dos países latino-americanos e caribenhos (Lopes e Valente, 2022), dadas as maiores restrições a informações ao público amplo comparativamente a outras políticas públicas, em razão da confidencialidade de algumas decisões e informações, o que reduz as possibilidades de maior participação e exercício de oposição em sua produção e controle (Badie, 2008; Milani, 2015; Pomeroy, 2016).

Nota-se, portanto, um problema científico e empírico para analisar a política externa decorrente de seu processo de tomada de decisão, marcado por decisões múltiplas originadas simultaneamente em diferentes locais, tomadas por meios majoritariamente informais ou confidenciais e por diferentes agentes e grupos de agentes, estatais e não estatais, que decidem desde a definição de objetivos e estratégias até a alocação de recursos e meios. Para resolver este problema, propomos analisar a política externa pelo olhar relacional sobre as políticas públicas, combinando os dois modelos de análise relacional expostos anteriormente: a análise de redes sociais de políticas públicas e a construção de representação geométrica dos espaços sociais dos agentes que atuam em políticas públicas, a partir da técnica estatística da ACM.

A análise relacional de redes sociais de políticas públicas constitui-se como alternativa crítica tanto às abordagens sobre políticas públicas concentradas em atores singulares e autárquicos (Scott, 1991; Freeman, 2004), quanto aos estudos de *policy network* de matriz pluralista (Laumann e Knoke, 1987; Knoke *et al.*, 1996), que consideram as redes na política com ênfase em uma unidade básica, os *policy domains* (subsistemas delimitados por organizações formais do Estado ou circunscritas a ele e pelas relações intencionais observadas nestes espaços) (Knoke, 1992). Essa visão pluralista dos estudos de redes negligencia dimensões ocultas de disputas de poder, ou seja, redes informais de relações entre agentes que atuam em espaços fora da institucionalidade (Marques, 2012). Dessa forma, entendemos que as *policy networks* pluralistas devem ser adaptadas às premissas da sociologia relacional (Emirbayer, 1997), o que poderíamos denominar *policy social networks*:

Em termos mais teóricos (...), trata-se da incorporação de forma profunda de uma ontologia relacional do social – a premissa de que o mundo social é feito de relações de

---

7. Para a abordagem teórica do pluralismo, participação e contestação são atributos das instituições políticas e dos regimes políticos. A participação corresponde à oportunidade para que os interesses diversos em uma sociedade que se organizam politicamente possam manifestar as suas preferências em um processo de tomada de decisão, seja em uma eleição ou em um ciclo de política pública, por exemplo, por intermédio de um discurso ou documento contendo as preferências de determinado interesse organizado. Por sua vez, a contestação, também chamada de oposição, corresponde à possibilidade de esses interesses organizados efetivamente alterarem o resultado de um processo de tomada de decisão, tanto em uma eleição quanto em um ciclo de política pública, por exemplo, por meio do exercício do voto como instrumento de agregação de preferências e tomada de decisão (Dahl, 1971; Jordan, 2004; Boese e Wilson, 2022).

vários tipos entre inúmeras e variadas entidades sociais em constante transformação. (...) Segundo essa perspectiva do funcionamento concreto das políticas, os contatos institucionais são canalizados por contatos pessoais e institucionais que se apoiam em padrões de relações preexistentes, assim como ajudam a recriá-los (Marques, 2019, p. 4 e 6).

Por sua vez, a análise relacional feita com o auxílio da construção de representações geométricas de espaços sociais a partir de ACM é uma abordagem estatística multivariada em que os dados e suas interpretações são representados na forma de nuvens de pontos. Nessa abordagem, propõe-se a análise de dados a partir do princípio da relação que os indivíduos estatísticos (pessoas, instituições etc.) têm entre si e entre suas propriedades. A utilização de ACM em estudos sobre espaços sociais é comumente associada a pesquisas que se utilizam do ferramental teórico-metodológico da sociologia política relacional de Bourdieu (1989; 2000; 2007; 2011a). A ACM é o método que mais se aproxima e permite melhor apreensão prática da pesquisa empírica da maneira como Bourdieu construiu sua teoria. Lebaron e Le Roux (2015) citam Bourdieu:

Eu utilizo muito a análise de correspondência, porque eu penso que é um procedimento relacional cuja filosofia exprime pleno acordo com minha constituição de realidade social. É um procedimento que “pensa” relacionalmente, e é o que eu tento fazer com o conceito de campo (Bourdieu<sup>8</sup> *apud* Lebaron e Le Roux, 2015, p. 43, tradução nossa).

Para a análise de políticas públicas (APP), a utilização do conceito de campo a partir da teoria bourdieusiana<sup>9</sup> no estudo dos espaços sociais de produção de políticas públicas representa um avanço para o trato de uma das questões centrais da área: a identificação dos agentes envolvidos nas políticas públicas, além da compreensão das lógicas que organizam suas relações e, conseqüentemente, determinam os rumos da política pública em questão. Dubois (2021, p. 137) mostra que o conceito de campo pode ser útil para a análise empírica dos espaços de produção de políticas públicas pois “está associado a uma metodologia precisa, que é baseada em uma objetivação sistemática das propriedades dos agentes envolvidos e ao mesmo tempo das suas tomadas de posição, tratadas em conjunto com a técnica estatística da análise das correspondências múltiplas”.

A associação entre essas duas técnicas de pesquisa em análise relacional, os estudos de redes sociais de políticas públicas e a construção geométrica de representação dos espaços sociais das políticas públicas, com auxílio de ACM, conforme

---

8. Prefácio à edição alemã de *Le Métier de Sociologue*.

9. “É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo, assim, para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (Bourdieu, 2011b, p. 50).

proposto neste artigo, proporciona o complemento de uma lacuna apresentada pela análise de rede: o levantamento e a compreensão das características sociais dos agentes envolvidos na política pública (Dubois, 2021). Klüger (2017; 2018a) faz associação metodológica semelhante, além de apontar possíveis avanços desta conjugação de técnicas de pesquisa em análise relacional. Portanto, o uso combinado de ambas as abordagens analíticas mostra-se promissor para analisar o ciclo da política externa, caracterizado, como já afirmado, por alto grau de confidencialidade, de dispersão dos agentes em diversos ministérios e de baixa institucionalização da participação dos interesses organizados.

Este artigo está estruturado em mais três seções, além desta introdução. Na seção 2, apresentamos, de forma mais aprofundada, algumas questões centrais que envolvem os estudos de redes sociais de políticas públicas e os de espaços sociais a partir de ACM, bem como um *framework* de análise composto pela conjugação dessas duas abordagens. Na seção 3, debatemos as possibilidades de utilização do *framework* de análise para áreas de estudos de política externa e construímos um desenho de pesquisa para ilustrar a aplicação do modelo. Ao final, na seção 4, traçamos as considerações finais sobre este *framework* de análise e suas possibilidades dentro do campo de análise de política externa (APE) e APP.

## 2 REDES E ESPAÇOS SOCIAIS NA APP

Análise de redes sociais de políticas públicas é uma área que vem crescendo substancialmente no Brasil nos últimos anos (Marques, 2019). Compreender as dinâmicas de produção e implementação de políticas públicas a partir das redes de relações sociais dos agentes envolvidos significa buscar os padrões dinâmicos de relações de diferentes tipos, formais e informais, materiais ou imateriais, presentes na política pública (Marques, 2019). É uma metodologia de pesquisa que parte do princípio de que as políticas públicas são influenciadas ao longo de todo o ciclo, por ações múltiplas, concebidas simultaneamente em diferentes locais e por diferentes agentes e grupos de agentes, estatais e não estatais, do alto escalão da hierarquia burocrática e do “nível de rua”.

Pesquisas exemplares nesse rumo podem ser citadas, como a avaliação de Marques (2012; 2017) do “tecido relacional do Estado” a partir de estudos comparados de políticas públicas de infraestrutura nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Abers, Silva e Tatagiba (2018) trabalham os regimes políticos e os subsistemas de políticas públicas como estruturas relacionais na análise da relação em rede entre políticas públicas e movimentos sociais. Especificamente sobre política externa, Farias e Carmo (2021) utilizam a análise de redes em estudos sobre atores e arenas da política externa do Brasil entre 1930 e 1985.

Os estudos de redes sociais fazem parte dos esforços acadêmicos nas ciências sociais dos anos 1970 de encontrar uma alternativa às análises de política calcadas em dois polos opostos de abstração: as estruturas sociais, por um lado, e as ações individuais, por outro (Marques, 2007; Watts, 1999; Lazega, 1998). Com foco analítico em um nível intermediário entre estrutura e indivíduo, na busca por superar o que representaria uma falsa dicotomia da dimensão social, vislumbra-se nos estudos das relações sociais a maneira de analisar o mundo social a partir da dialética entre agência individual e força estrutural. O mapeamento das redes de relações sociais é, portanto, uma das metodologias que objetiva colocar em prática a análise relacional da vida social, método que procura a medição, tanto quantitativa quanto qualitativa, das relações sociais. Em outras palavras, trata-se de uma metodologia para analisar o nível intermediário entre indivíduo e estrutura.

Para o propósito deste artigo de contribuir com os debates sobre APP e APE, é relevante ressaltar duas disputas internas na academia que envolvem os estudos de redes de relações sociais. Na primeira, no âmbito das análises políticas, o viés pluralista das *policy networks* é criticado pela sociologia relacional, por não levar em conta as redes sociais das disputas de poder que não estão vinculadas ao espaço institucional do Estado, não dando a devida importância para as relações sociais não institucionais, como casamentos, frequência em clubes, círculo de amizades, entre outras, e que muitas vezes fundam e mantêm coesas as redes dos agentes envolvidos nas lutas políticas (Marques, 2012). Na segunda, a análise de redes de viés interacionista é criticada pela praxiologia de Pierre Bourdieu e seus seguidores, por tratar as redes como tramas de relações entre indivíduos atemporais e atomizados, ignorando a existência das estruturas sociais que condicionam os vínculos sociais entre os agentes (Klüger, 2017). De acordo com essa crítica, as redes deveriam ser compreendidas a partir da posição dos agentes e seus grupos nos espaços sociais hierárquicos historicamente construídos e estruturalmente determinados que, por meio das ações e interações ao longo do tempo e em diferentes espaços, também constroem e determinam as estruturas sociais, numa relação de constituição conjunta. Portanto, as redes interacionistas retratariam os vínculos, mas não as razões de estabelecimento de tais vínculos, que são reveladas a partir de análise de correlação de forças do campo social hierarquizado entre agentes com acúmulo desigual de capitais de diversos tipos.

No contexto das críticas aos estudos de redes de viés interacionista, a teoria bourdieusiana desenvolveu outra técnica de análise relacional, a análise geométrica dos espaços sociais como ferramenta de pesquisa para compreender as relações sociais. Com foco de pesquisa na análise das principais características sociais de agentes, acumuladores de capitais de diversas formas, que interagem nos mesmos espaços sociais, os *campos*, a ACM permite medições das “distâncias sociais” dos agentes que se aproximam ou se distanciam a partir do princípio da orquestração

do *habitus*<sup>10</sup> (Lebaron, 2006; 2009; Le Roux, 2014; Le Roux e Rouanet, 2004; 2010; Klüger, 2018b; Bertencelo, 2022; Belém, 2022; Pedrosa, 2015).<sup>11</sup> Nosso argumento é que possuem grande potencial de contribuição para análises relacionais do mundo social os estudos que procuram aliar o uso de ferramentas de pesquisa de redes sociais aos de espaços sociais e ACM. Nesse sentido, seguimos a abordagem de Klüger (2017) e almejamos trazer para a APP os avanços teórico-metodológicos que a autora levou para o campo da sociologia das elites, com as devidas adaptações próprias das áreas de pesquisa.

A sociologia das elites bourdieusiana notabiliza-se por ser uma área de pesquisa que se utiliza bastante da análise geométrica dos espaços sociais a partir de ACM. É um conjunto de estudos que se interessa pelos vínculos entre os agentes dominantes dos diversos campos sociais, a partir do entendimento de que tais ligações são importantes para a compreensão das lógicas de produção e reprodução do prestígio e do poder de dominação em jogo no campo. Esses vínculos funcionam como canais de circulação de informações restritas que determinam as lógicas de indicações de postos de destaques e sucessões, por exemplo. Neste ponto, as relações sociais não institucionalizadas, informais, são elementos importantes, que devem fazer parte da análise sociológica das correlações de força política. Na prática, esses estudos até desenvolveram análises quantitativas de propriedades objetivas dos agentes, com auxílio da ACM, mas as análises sobre as relações pessoais permaneceram restritas a estudos qualitativos, com trechos de entrevistas e documentos. Nota-se pouca integração da ACM com estudos dos laços sociais dos agentes (Klüger, 2017). Essa pouca integração fez com que, nos estudos dos vínculos dos agentes do campo, de suas relações sociais, se tornasse frágil a construção teórica. São necessárias, afinal, a ligação entre as propriedades objetivas dos agentes e suas disposições subjetivas, a orquestração do *habitus* e a compreensão da homogeneidade dos estilos de vida dos agentes. As propriedades sociais dos agentes e os laços sociais deveriam ser compreendidos em conjunto.

Essa falha pode ser solucionada por meio de trabalhos que associem as técnicas de pesquisa dos estudos de espaços sociais com ACM e redes sociais a partir da noção dialógica entre agência e estrutura social. Nesta perspectiva, os

---

10. *Habitus*, em Bourdieu, corresponde a “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intensão consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (Bourdieu, 1983, p. 61).

11. Em APE, McCourt e Ruley (2023) utilizam ACM para a compreensão das estruturas sociais que compõem as disputas pelo pensamento hegemônico estadunidense sobre segurança nacional relacionados à China. Sobre a política externa brasileira, Targa (2017) fez uso da ACM para construir representações geométricas dos espaços sociais dos agentes da diplomacia e investigar a relação entre o campo dos diplomatas e o campo político por meio das ações dos diplomatas ligados ao Instituto Rio Branco (IRBr), entre os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula (de 1995 a 2010).

estudos de redes permitem construir representações de vínculos sociais duráveis que levem em conta trocas de bens materiais ou elementos imateriais, tendo como pressuposto o princípio ontológico da análise relacional, em que as relações sociais são a unidade básica da sociedade. A conjugação de análise de redes com espaços sociais via ACM procura estabelecer estudos de laços sociais em que se considerem as estruturas sociais dentro das quais os agentes estão imersos e, ao mesmo tempo, atribuir às análises objetivas dos agentes a dimensão das relações e interações que possuem entre si.<sup>12</sup>

Nossa pretensão é trazer o debate teórico-metodológico de análise relacional do mundo social como referência para pensarmos novos modelos de APP e APE. Como mencionado anteriormente, análises de redes sociais de políticas públicas já são uma realidade em expansão no Brasil. As políticas públicas, sendo compreendidas como construções sociais, vão encontrar nas análises de redes importante instrumento para compreensão de sua dimensão extrainstitucional, na qual se torna possível conceber como protagonistas os agentes que fazem a política pública e, principalmente, as características das suas relações. Contudo, a mesma prática de pesquisa não se verifica para as análises de espaços sociais a partir de ACM, atividade de pesquisa que entendemos ter grande potencial para extrapolar os estudos de sociologia das elites bourdieusiana e fazer parte do arcabouço das APPs com vistas a apresentar uma contribuição original para o campo de estudos. Representa ineditismo ainda maior, com potencial de subsídios ímpares para a APP, a conjugação das duas técnicas de análise relacional para estudos de políticas públicas, como propomos neste artigo.

Trazer os elementos da teoria sociopolítica de Pierre Bourdieu para estudos sobre políticas públicas faz parte dos esforços da sociologia política da ação pública, de origem francesa, em apresentar ao “campo de públicas” alternativas conceituais e metodológicas de pesquisas em políticas públicas em face das hegemônicas teorias anglo-saxãs, principalmente as estadunidenses (Oliveira e Hassenteufel, 2021). É um movimento que busca análises de políticas públicas a partir da interlocução entre, principalmente, ciência política, sociologia, filosofia e história.<sup>13</sup> Especificamente para a APE, a sociologia política da ação pública

---

12. Klüger (2017) mostra que esforços relevantes foram feitos em trabalhos como *Fields and Networks: correspondence analysis and social network analysis in the framework of field theory* (Nooy, 2003) e *Géométrie des Réseaux Sociaux* (Denord, 2015).

13. Estudar a ação pública significa incorporar nas análises de políticas públicas elementos que vão além da política pública em si. Ou seja, analisar a política pública levando em conta seu contexto territorial sócio-histórico e cultural e as características próprias dos agentes e grupos de agentes envolvidos nas políticas públicas, partindo do pressuposto de que as relações sociais são determinantes para a compreensão da origem e dos rumos da política pública em questão. Por isso, na sociologia política da ação pública, a noção de “política pública” é substituída pela de “ação pública”, no sentido de marcar a ideia de análise das políticas referenciadas para além das instituições formais, em que a pesquisa acontece a partir do princípio de não isolamento da política pública, objeto de estudo, do seu entorno social, histórico e cultural.

traz a contribuição de ser uma proposta que incorpora elementos de inclusão das dimensões internacional e transnacional das políticas públicas. Por se tratar de uma indicação de análise menos centrada em instituições, sua base de produção de conhecimento sobre políticas públicas se abre para a compreensão dos agentes e suas interações em vários níveis, do local ao internacional.

### **3 REDES E ESPAÇO SOCIAL NA APE: SUA APLICAÇÃO EM UM DESENHO DE PESQUISA**

Ao falarmos de análise relacional, ou seja, priorizar as relações sociais nos esforços de pesquisa, tanto para os estudos de políticas públicas em geral quanto para os de política externa especificamente, estamos sugerindo o uso de instrumentos teóricos e analíticos da sociologia para APP e APE (Oliveira e Hassenteufel, 2021; Dubois, 2021). Entendemos que os esforços de criação de pontes entre as áreas de APP, com vínculos estruturais com a ciência política, e de APE, fortemente ligada às relações internacionais, passam pela permeabilidade de ambas às premissas e abordagens de outras disciplinas das ciências sociais, como a sociologia e a antropologia. Especificamente sobre a ação dos diplomatas brasileiros e suas influências na formulação e implementação da política externa, há algumas iniciativas importantes de trabalhos que procuram apresentar ponto de vista alternativo aos das relações internacionais e ciência política e que convergem para esse uso de instrumentos teóricos e analíticos da sociologia e antropologia para a APE,<sup>14</sup> em que se destacam Moura (2000; 2006; 2007) e Gobo (2010; 2013; 2016).

Nesta seção, propomos a aplicação da análise relacional em um desenho de pesquisa. A literatura recente sobre política externa do Brasil tem abordado a política externa do governo Bolsonaro (2019-2022) e identifica alterações no ciclo da política externa, desde a definição de agenda até a sua implementação, na área de direitos humanos, em contraste com a política externa de outros governos na Nova República (Casarões e Farias, 2022; Drumond e Rebelo, 2023; Yamamoto, Mano e Summa, 2021; Lopes, Carvalho e Santos, 2022).

Essa é uma importante estratégia metodológica de pesquisa para análises relacionais: a escolha de um “jogo jogado no campo” que tenha o potencial de revelar, da forma mais abrangente possível, as dinâmicas de disputas da ação social em análise, no caso a política externa. Entendemos que a política externa na área dos direitos humanos, por exemplo, é um desses jogos com o potencial de representar as divisões internas e externas do campo social estudado, em que é difícil para qualquer um dos agentes envolvidos ficar indiferente ao assunto e não se enredar com as partes envolvidas. Trata-se de um objeto de disputa entre agentes

---

14. Conferir Batista (2010), Balbino (2005), Góes Filho (2003), Lima (2005), Monteiro (2007), Oliveira (2011), Tomass (2001) e Silva (2005).

e grupos de agentes com posições claramente antagônicas e dispostos a investir recursos materiais e simbólicos para determinar os rumos da política pública em questão. O foco de análise em um jogo específico é importante para limitar o escopo de uma pesquisa que, numa análise relacional, tende a se expandir de maneira que a análise se torne mais difícil. Para além de interesses organizados ou da agenda política escolhida no processo eleitoral, as alterações na política externa sobre, por exemplo, direitos humanos poderiam ser explicadas pelas redes relacionais e as dinâmicas próprias dos espaços sociais de atuação de agentes públicos e privados que interagem no ciclo da política pública. Este hipotético problema de pesquisa poderia ser assim sintetizado: as propriedades sociais objetivas, os laços e as redes de relações sociais de agentes públicos e privados impactaram o ciclo da política externa sobre direitos humanos no governo Bolsonaro?

Conforme explicado na seção anterior, a análise relacional permite identificar relações não formais, para além das relações formais, o que permite uma compreensão mais holística do ciclo de determinada política pública. Ao utilizar uma metodologia que conjuga as técnicas de construção geométrica dos espaços sociais da política externa com as redes sociais de política externa, é necessário mapear as redes e os espaços sociais.<sup>15</sup> No nosso caso, elegemos o espaço social de ação dos diplomatas brasileiros como *locus* privilegiado de formulação e implementação da política externa. Corroborados pela literatura, entendemos que os diplomatas não são os únicos agentes que protagonizam a formulação e implementação da política externa brasileira, sobretudo em temas afins a outros ministérios, como é o caso de direitos humanos (Casarões e Farias, 2022; Drumond e Rebelo, 2023; Pinheiro e Milani, 2012). Contudo, os diplomatas desempenham um papel central nesta ação pública, quando levamos em conta a formação histórica do corpo diplomático do país desde os primórdios da formação do Estado brasileiro e o papel que exercem os diplomatas no exercício da política externa, ao ponto de, no Brasil, diplomacia e política externa serem conceitos facilmente confundidos (Lopes, 2013; 2017; Cervo, 2008; Ricupero, 2017).

Esse é um primeiro ponto importante a ser destacado no uso de metodologia relacional de APP: é necessário considerar-se o contexto histórico estrutural da sociedade que se está analisando. Segundo Targa (2017), o *habitus* do campo dos diplomatas é substancializado a partir de três elementos-chave presentes no ideário do campo: a ideia de corpo diplomático, a noção de “filhos da Casa de Rio Branco” e a figura do próprio Barão do Rio Branco

---

15. A análise relacional pode iniciar-se em um ou outro mapeamento, partindo das redes para os espaços sociais ou o caminho inverso, partindo dos espaços sociais para as redes (Klüger, 2017).

como patrono dos diplomatas.<sup>16</sup> O estudo da política externa de país diferente do Brasil, com outra trajetória histórica e estrutura sociocultural, precisa ser trabalhado de maneira diferente. Há países em que o corpo diplomático também exerce papel historicamente decisivo na execução de política externa, mas há países em que esta burocracia de Estado não é protagonista. Portanto, deve-se identificar o *locus* privilegiado do ciclo da política externa e adequar o desenho de pesquisa para investigá-lo.

Para o caso brasileiro, dada a característica própria de nossas práticas históricas, justifica-se a escolha do campo dos diplomatas como ponto de partida para estudo de espaço social em que a política externa é formulada e implementada. No entanto, ter o campo dos diplomatas como *locus* privilegiado de análise da ação dos agentes envolvidos nas diversas dimensões da política externa não significa ter uma análise relacional que se restrinja aos diplomatas. Essa característica torna um desenho de pesquisa baseado em análise relacional mais desafiador, haja vista a necessidade de limitar o escopo de pesquisa, como explicitado anteriormente, e de compreender quando não expandir mais as redes de relações e agentes que interagem no ciclo da política pública.

Assim, a primeira etapa do desenho de pesquisa proposto é a construção geométrica do campo dos diplomatas mediante o uso de ACM, isto é, a análise da composição das hierarquias sociais destes agentes e a compreensão de suas dinâmicas internas de disputas pelo controle hegemônico do campo, das lógicas de acumulação de capitais e transformação destes capitais em capital simbólico de dominação. Uma vez concluída esta etapa, a seguinte consiste em mapearmos as redes sociais hegemônicas e contra-hegemônicas que determinam a política externa, ou seja, as conexões dos diplomatas com outros agentes de dentro e de fora do campo dos diplomatas e os agentes e grupos de agentes que possuem maior influência na agenda, na formulação, na implementação e nas diversas decisões interconectadas no ciclo da política externa. É esse exercício que nos permite compreender os fluxos e as dinâmicas que determinam os rumos da política externa brasileira.

---

16. Peças fundamentais para essa compreensão são os trabalhos de Moura (2006; 2007), com suas etnografias que se tornaram referência para estudos sobre os diplomatas brasileiros. A autora analisa as metáforas parental, doméstica e biológica presentes nos três elementos-chave citados, determinantes da moral diplomática brasileira, amplamente divulgados e inculcados, tanto para os agentes internos ao campo quanto para os "de fora", e que causam dois efeitos principais: a noção de coesão interna dos agentes do campo e a percepção externa de que se trata de um grupo homogêneo (Moura, 2006; 2007). Por sua vez, os trabalhos de Gobo (2016) ajudam a compreender a lógica e a dinâmica do *habitus* compartilhado no campo dos diplomatas, bem definido e formado, ao ponto de seus elementos serem percebidos e compartilhados inclusive fora do campo. Como aponta a autora, este *habitus* percebido e reconhecido pelos "de fora" se transforma em capital simbólico do agente do campo dos diplomatas para fora do campo, fortalecendo sua ação influente em outros campos do poder, principalmente o campo político, por exemplo, no processo da assembleia constituinte brasileira (Lopes e Valente, 2016).

No entanto, importa detalharmos melhor o que chamamos de primeira etapa da pesquisa, a construção de representação geométrica do espaço social de atuação dos diplomatas, o campo dos diplomatas. Para isso, recorreremos ao trabalho de Targa (2017), que fez uso de ACM para compreender o campo dos diplomatas.<sup>17</sup> Neste estudo, o autor procurou entender a relação entre o campo dos diplomatas e o campo político durante os governos FHC e Lula (de 1995 a 2010), chegando à conclusão de que a lógica de funcionamento do campo político se mostrou determinante para definir as disputas internas do campo dos diplomatas, ao ponto de a mudança de governo interferir decisivamente numa das principais características que definem a autonomia de um campo: as regras e os critérios de entrada de novos agentes no campo.<sup>18</sup> Assim, o autor concluiu que o campo dos diplomatas é um subcampo do campo político.

Para construir a representação geométrica do campo dos diplomatas, nesse exemplo resgatado de Targa (2017), definiu-se, como estratégia metodológica, a análise de um jogo específico do campo que tivesse o potencial de mostrar as clivagens internas, os agentes e os grupos de agentes em disputa. Dessa forma, a análise focalizou as ações de mudanças das regras do processo de seleção de novos diplomatas durante os dezesseis anos dos governos FHC e Lula. Para isso, buscaram-se informações sobre quem seriam os diplomatas responsáveis pela condução do IRBr, instituição onde se concentra a atuação dos agentes do campo que participam do jogo, ao longo do período em análise. Identificou-se, em sequência, uma lista de 57 diplomatas que passaram pela administração do IRBr entre 1995 e 2010 (os dezesseis anos dos governos FHC e Lula). Em seguida, levantaram-se dados sobre esses diplomatas, nomeadamente as características de suas trajetórias de vida e profissionais. Ou seja, foi feita prosopografia dos agentes a fim de montar um banco de dados com seus elementos sociais e analisar os capitais que acumularam para atuar no campo.

A partir da pesquisa prosopográfica e dos dados encontrados, as variáveis foram classificadas em cinco categorias, de acordo com os capitais que esses agentes acumularam para participar das disputas internas do campo: i) propriedades sociais/demográficas e origem familiar dos agentes – capital social/familiar (oito variáveis); ii) propriedades de trajetória escolar do agente – capital cultural/escolar (sete variáveis); iii) propriedades de trajetória da carreira do agente no Ministério das Relações Exteriores (MRE) – capital simbólico/MRE (onze variáveis); iv) propriedades de trajetória da carreira do agente no IRBr – capital simbólico/IRBr (dez variáveis); e v) propriedades de reconhecimento/notoriedade do agente perante

---

17. Vale ressaltar que esse é um trabalho feito a partir do olhar da sociologia das elites bourdieusiana, portanto possui propósitos distintos de análise da política externa como política pública.

18. A título de exemplo, o campo acadêmico brasileiro se mostra mais autônomo em relação ao campo político do que o campo dos diplomatas, haja vista que mudanças de governo pouco interferem nas dinâmicas internas do campo acadêmico de definição de critérios e seleção de novos agentes.

outros agentes do campo – capital simbólico/distinção (sete variáveis). Assim, a análise completa foi composta por 43 variáveis.

Com o banco de dados pronto, o próximo passo consistiu em analisá-lo com *software* de análise de dados estatísticos que realizasse cálculos de ACM.<sup>19</sup> Esse programa de computador permitiu sistematizar os dados e produziu tabelas de porcentagens estatísticas e planos fatoriais, os gráficos de “nuvens”. As nuvens são o formato gráfico por meio do qual a ACM, como técnica analítica, torna possível a visualização do espaço social analisado. A técnica consiste em representar graficamente a medição das distâncias estatísticas (aproximações e afastamentos) dos agentes do campo (indivíduos estatísticos). Essas distâncias são medidas por análises fatoriais a partir da interação de todas as variáveis prosopográficas coletadas sobre os indivíduos (Lebaron, 2006; 2009; Le Roux, 2014; Le Roux e Rouanet, 2004; 2010; Klüger, 2018b; Bertoncelo, 2022). Tais variáveis analisadas de forma conjunta para cada indivíduo e, ao mesmo tempo, para todos os indivíduos em relação no campo indicam o ponto no plano fatorial em que os agentes se encontram, permitindo a reprodução visual do campo em que atuam. As figuras 1 e 2 mostram, respectivamente, a nuvem de variáveis e a nuvem de indivíduos, representações geométricas de parte do campo dos diplomatas brasileiros entre 1995 e 2010.

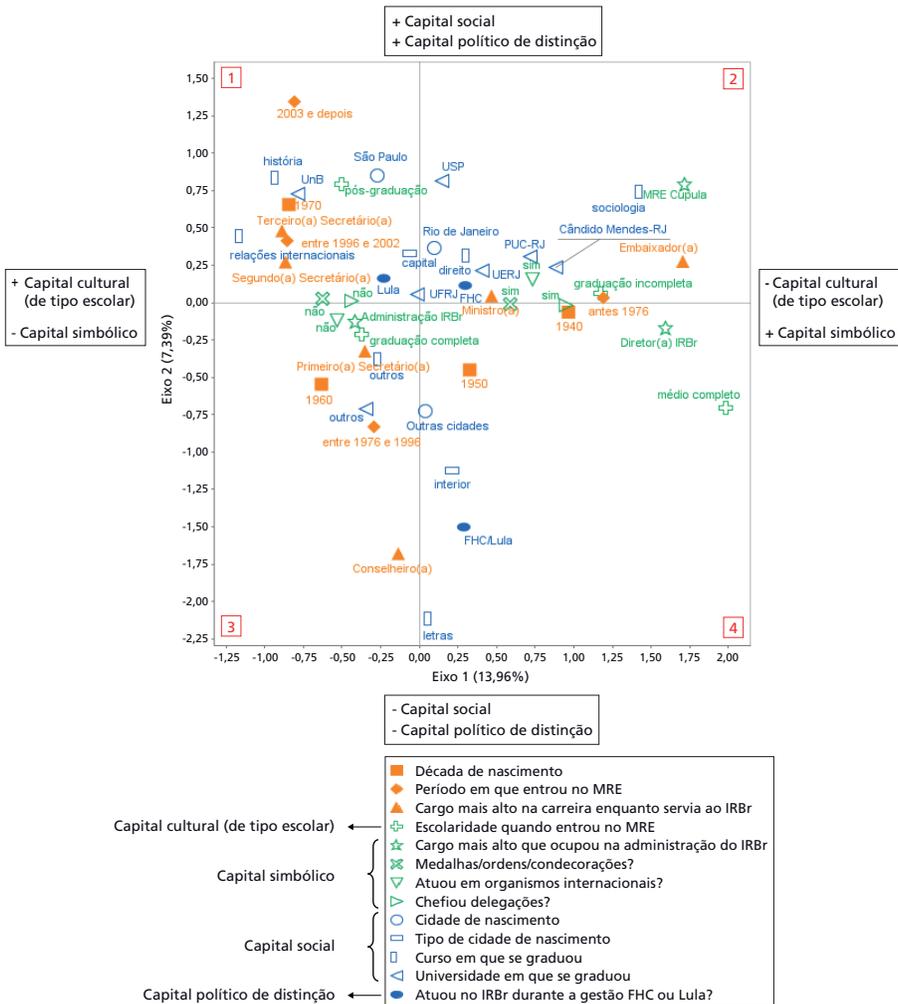
Primeiramente, na figura 1, estão presentes, na cor laranja, as três variáveis que mais contribuem relativamente para a variância ou inércia do plano fatorial. Por essas variáveis tem-se a noção de quanto esse espaço social é marcado pelos elementos geracionais, não apenas relativos à data de nascimento dos agentes, mas, principalmente, em relação ao período de ingresso dos agentes no campo. Além dos elementos geracionais, marca o campo a posição hierárquica que o agente ocupa na carreira.<sup>20</sup> Para a variável *década de nascimento*, construíram-se quatro categorias discretas: nascidos nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970. Para a variável *período em que entrou no MRE*, construíram-se também quatro categorias discretas: ingressantes no campo antes de 1976, entre 1976 e 1996, entre 1996 e 2002 e 2003 e depois. Estas categorias representam marcos temporais das principais mudanças ocorridas no processo de seleção do IRBr. A variável *cargo mais alto na carreira enquanto servia ao IRBr* está representada pelas categorias dos seis cargos da carreira diplomática. Esta é a primeira característica de padrão do plano fatorial: os quadrantes 2 e 4 são áreas que representam os agentes do topo da hierarquia e de gerações mais antigas – tanto em idade quanto, principalmente, em relação às condições em que foram selecionados para se inserirem no campo;

19. Utilizou-se o Spad (versão 9.0.23), da empresa Coheris. Disponível em: [www.coheris.com](http://www.coheris.com).

20. Ao longo da carreira, os(as) diplomatas galgam seis postos hierárquicos. Do mais baixo para o mais alto: terceiro(a)-secretário(a), segundo(a)-secretário(a), primeiro(a)-secretário(a), conselheiro(a), ministro(a) de segunda classe – coloquialmente conhecido(a) como ministro(a) – e ministro(a) de primeira classe – coloquialmente conhecido(a) como embaixador(a).

já o quadrante 3 representa os agentes de uma geração de transição e nível hierárquico intermediário; por fim, o quadrante 1 representa os agentes da nova geração e base da hierarquia do campo.

FIGURA 1  
Nuvem (plano fatorial) de variáveis



Fonte: Targa (2017).

Obs.: 1. Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

2. UnB – Universidade de Brasília; USP – Universidade de São Paulo; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ainda na figura 1, na cor verde, estão representadas as cinco variáveis que mais contribuem relativamente para a variância ou inércia do plano fatorial no eixo 1, ou seja, as que apresentam categorias que determinam as distâncias sociais dos agentes representados principalmente no lado esquerdo e direito do plano fatorial (quadrantes 1 e 3 *versus* 2 e 4). A variável *escolaridade quando entrou no MRE* é uma das que representa o acúmulo de capital escolar do agente antes de entrar no campo. Ela é representada por quatro categorias: ensino médio completo, graduação incompleta, graduação completa, pós-graduação. A variável *cargo mais alto que ocupou na administração do IRBr* é mais um elemento da posição hierárquica no campo, dessa vez interna ao IRBr. Ela é representada por três categorias: MRE cúpula (representando os secretários-gerais e ministros de Estado), diretor(a) do IRBr (cargo mais alto dentro do instituto) e administração do IRBr (referente a outros cargos internos). As três últimas variáveis *medalhas/ordens/condecorações?*, *atuou em organismos internacionais?* e *chefiou delegações?* representam elementos de acúmulo de capital social que os agentes vão adquirindo ao longo da carreira e são revertidos em capital simbólico no campo. As três variáveis são representadas por categorias binárias simples: sim e não. Percebemos que as categorias positivas para as três variáveis, assim como as negativas, se encontram próximas umas das outras, e tais categorias dispõem-se em setores opostos na esquerda e na direita (quadrantes 1 e 3 *versus* 2 e 4) do plano fatorial.

Com essas cinco últimas variáveis e a posição das suas categorias, podemos atribuir uma segunda característica de padrão ao plano fatorial. Ao lado direito do plano (quadrantes 2 e 4), à medida que vão se afastando do centro, encontram-se as áreas nas quais os agentes apresentam menos capital cultural (de tipo escolar) de entrada no campo (ensino médio completo e graduação incompleta) e mais capital simbólico resultante da conversão do capital social adquirido durante a trajetória no campo (MRE cúpula, diretor(a) do IRBr e os três sim). Por sua vez, no lado esquerdo do plano (quadrantes 1 e 3) situam-se as áreas nas quais os agentes apresentam mais capital cultural (de tipo escolar) de entrada no campo (graduação completa e pós-graduação) e menos capital simbólico resultante da conversão do capital social adquirido durante a trajetória no campo (administração do IRBr e os três não).

Por fim, ainda na figura 1, na cor azul, estão as cinco variáveis que mais contribuem relativamente para a variância ou inércia do plano fatorial no eixo 2, ou seja, as que apresentam categorias que determinam as distâncias sociais dos agentes representados principalmente na parte de baixo e de cima no plano fatorial (quadrantes 1 e 2 *versus* 3 e 4). As variáveis *cidade de nascimento* e *tipo de cidade de nascimento* representam a distinção dos agentes relacionada às suas características de origem social, o que reproduz parte considerável dos acúmulos de capital social anteriores à entrada no campo. A primeira variável está representada

por três categorias, São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades; e a segunda, por duas, capital e interior. Importante perceber que as categorias São Paulo e Rio de Janeiro estão em quadrantes diferentes (1 e 2, respectivamente), e a primeira mais distante do centro do plano e mais próxima da área representada pela nova geração. Percebemos um padrão coerente de disposição dessas categorias no plano fatorial: enquanto interior e outras cidades estão na área inferior do plano, São Paulo, Rio de Janeiro e capital se encontram juntas, na área superior do plano.

A primeira variável educacional, referente ao curso de formação, está representada por seis categorias: relações internacionais, história, direito, sociologia, letras e outros. Já a segunda, relativa à *alma mater*, está representada por sete categorias: UnB, USP, UFRJ, Uerj, PUC-RJ, Candido Mendes-RJ e outros. A oposição no plano fatorial é clara entre as universidades e os cursos citados que se encontram na área superior do plano e as categorias outras universidades, outros cursos e letras, que se encontram na área inferior. Mais especificamente sobre os cursos e universidades dos eixos superiores no plano, as universidades cariocas e o curso de direito se encontram mais próximos do centro e mais distantes de USP e UnB, relações internacionais, história e sociologia. Entre estes últimos, ainda podemos perceber uma oposição sob a perspectiva do eixo 1: USP e sociologia no quadrante 2 (mais próximas, portanto, da área representada pelas gerações mais antigas, ficando USP perto da fronteira), UnB, história e relações internacionais no quadrante 1 (mais próximas das novas gerações). Por último, a variável *atuou no IRBr durante a gestão FHC ou Lula?* é o elemento de capital político dos agentes do campo. Essa variável está representada por três categorias: FHC, Lula e FHC/Lula (para os agentes que atuaram nas duas gestões). Percebemos a oposição entre os que atuaram nas duas gestões, presentes na área de baixo do plano, e os que atuaram em apenas uma das duas gestões, na área de cima do plano. Cabe notar também que a distância que separa essas categorias está igualmente representada sob a perspectiva do eixo 1: Lula no quadrante 1, mais próximo da nova geração do que FHC, no quadrante 2.

Com essas cinco variáveis e a posição das suas categorias no plano fatorial, podemos atribuir a terceira característica de padrão à nuvem. O eixo superior do plano (quadrantes 1 e 2) são as áreas em que os agentes apresentam mais capital social de entrada no campo. Nesses quadrantes se concentram as categorias presentes na maior parte dos perfis de agentes que ingressaram no campo ao longo dos períodos analisados. Essas categorias são representadas pelos elementos de locais de origem (capital, São Paulo e Rio de Janeiro) e de qualidade de capital escolar adquirido antes de o agente entrar no campo (relações internacionais, história, direito, sociologia, UnB, USP, UFRJ, Uerj, PUC-RJ, Candido Mendes-RJ). São categorias que se mostraram valorizadas ao longo do tempo e que ajudam a garantir, aos agentes que as detêm, um acúmulo de capital social determinante

para seu ingresso no campo dos diplomatas. O eixo superior do plano fatorial é também a área na qual os agentes apresentam mais capital político de distinção, ou seja, atuaram ou no governo FHC ou no governo Lula. Por sua vez, o eixo inferior do plano (quadrantes 3 e 4) representa as áreas nas quais os agentes apresentam menos capital social de entrada, tanto no que se refere a elementos de locais de origem (outras cidades e interior) quanto a elementos de qualidade de capital escolar adquirido antes de o agente entrar no campo (outras universidades, outros cursos e letras). Somado a isso, o eixo inferior é também aquele em que os agentes apresentam menos capital político de distinção (atuaram ao mesmo tempo nos governos FHC e Lula).

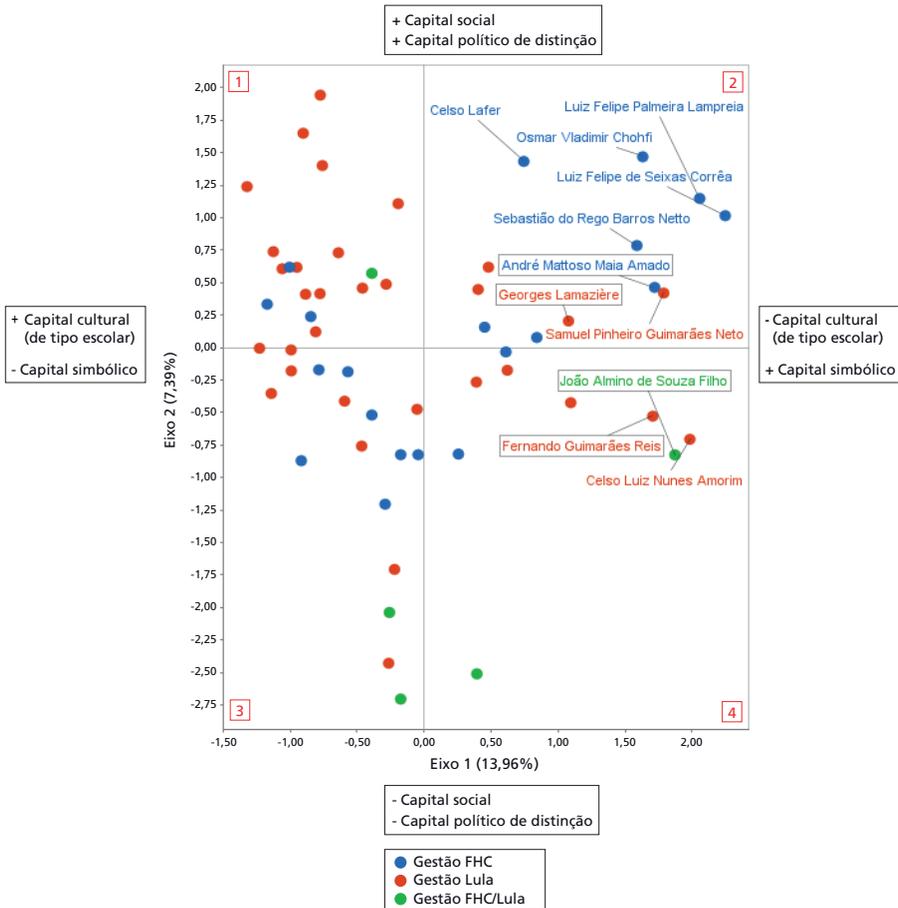
Uma vez completa a caracterização do espaço social pela nuvem de variáveis, podemos agora analisar, na figura 2, a nuvem de indivíduos estatísticos. Este gráfico representa a posição no espaço social dos 57 diplomatas estudados na pesquisa e nos permite entender as “distâncias sociais” entre eles. Na nuvem, as esferas representam cada um dos 57 diplomatas pesquisados. Na cor azul estão os vinte que atuaram no IRBr durante a gestão FHC (35,1% do total); os vermelhos representam os 32 que atuaram no instituto durante a gestão Lula (56,1% do total); e os verdes são os cinco que lá atuaram durante as duas gestões (8,8% do total). Destacamos ainda os nomes apenas dos diplomatas que ocuparam o alto escalão, tanto do IRBr quanto do MRE, no período analisado: os três ministros de Estado (Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Celso Lafer e Celso Luiz Nunes Amorim), os quatro secretários-gerais (Sebastião do Rego Barros Netto, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Osmar Vladimir Chohfi e Samuel Pinheiro Guimarães Neto) e os quatro diretores do IRBr (André Mattoso Maia Amado, João Almino de Souza Filho, Fernando Guimarães Reis e Georges Lamazière).

Como já mencionado, para analisarmos a política externa como política pública (Brummer *et al.*, 2019), seriam necessárias adaptações substanciais na abordagem de sociologia das elites sobre os diplomatas brasileiros proposta por Targa (2017). A primeira medida seria a ampliação do número de diplomatas analisados, passando de alguns agentes envolvidos em determinada ação interna do campo para a totalidade dos diplomatas brasileiros. Dessa forma, tornar-se-ia possível compreender o papel representado por todos os diplomatas no campo, desde os mais jovens até os mais antigos na carreira, os de baixas hierarquias e os de altas – partindo do princípio de que, para a fase posterior, de análises das redes de relações sociais desses agentes, torna-se relevante compreender em que medida tanto a alta hierarquia quanto a burocracia do “nível de rua” dos diplomatas interfere na implementação da política externa. Uma segunda medida importante seria a ampliação do recorte temporal de coleta de dados dos diplomatas. As representações geométricas do campo dos diplomatas simulariam fotos que mostram o campo em determinado contexto temporal. Ampliar o número

de “fotos” do campo, abarcando contextos temporais diversos, e permitindo quase-experimentos do tipo antes e depois, traria melhores subsídios para uma completa construção das redes de relações dos diplomatas com agentes tanto de dentro quanto de fora do campo.

FIGURA 2

**Nuvem (plano fatorial) de indivíduos: diplomatas responsáveis pelo IRBr entre 1995 e 2010**



Fonte: Targa (2017).

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Uma vez finda esta etapa da pesquisa, com a representação geométrica mais completa possível do espaço social privilegiado de ação da política externa brasileira, o campo dos diplomatas, a pesquisa poderia passar para a etapa seguinte: a análise de redes sociais de políticas públicas – no caso do exercício exemplificativo

proposto, a política externa relacionada à área de direitos humanos. Desta forma, torna-se possível compreender de que maneira as conexões entre agentes ligados à política externa brasileira, diplomatas e outros, determinam os rumos da política pública em questão. Para iluminar o caminho, recorreremos aos trabalhos de Marques (2007; 2012), que utilizam o conceito de “tecidos relacionais do Estado” para descrever relações que determinam a fronteira entre os agentes envolvidos na política pública em análise e os de fora, a dinâmica que determina quem entra e quem sai das disputas pelos rumos da política pública, quem tem livre trânsito no campo e quem é barrado na porta.

Os casos analisados pelo referido autor são de políticas públicas de infraestrutura nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, em que a análise de redes sociais de políticas públicas permitiu o mapeamento dos tecidos relacionais do Estado formados por grupos de interesses, mas também e sobretudo por alianças informais entre agentes com visões de mundo comuns e relações pessoais consolidadas em instâncias afastadas da institucionalidade, entre agentes do campo político e de fora do campo como empresas, movimentos sociais etc. A ação de indivíduos do alto da hierarquia do campo político também é fator preponderante de análise, dado que estes negociam constantemente por poder posicional na rede e por poder institucional a partir da investidura do cargo. Na análise do caso em específico, Marques (2012) encontrou uma lógica em que as empresas operam no interior do Estado, ou utilizando suas posições privilegiadas no interior das redes em questão, ou comprando seu poder posicional. Os casos analisados permitiram ao autor descrever diferenças entre os tecidos relacionais do estado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os cariocas teriam organizações estatais mais insuladas; as negociações das políticas públicas aconteceriam de forma mais intensa no interior das redes. Diferentemente dos paulistanos, em cujo território as organizações estatais seriam mais abertas, observando-se fluxo maior de agentes de fora das redes na influência dos rumos da política pública.

A partir desse par de trabalhos, conseguimos vislumbrar análises de política externa referentes aos direitos humanos que levassem em consideração os tecidos relacionais do Estado, formados por agentes e grupos de agentes estatais e não estatais, na influência por determinar os rumos da política pública em tela de análise. Os tecidos relacionais do Estado da política externa brasileira ligada aos direitos humanos teriam no campo dos diplomatas o espaço de permanente negociação dos diversos agentes envolvidos na política pública. Uma vez pronta a representação geométrica do campo dos diplomatas, a compreensão do funcionamento desses tecidos relacionais seria facilitada a partir de análise de redes sociais.

Entende-se que o desenho de pesquisa parte do mapeamento do *locus* privilegiado para, posteriormente, expandir-se para outros *loci* interconectados.

Em relação ao objeto de pesquisa, situado temporalmente durante o governo Bolsonaro (2019-2022), esperar-se-ia identificar agentes relevantes no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na Presidência da República, no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal, nas organizações internacionais, e também agentes privados e do terceiro setor (Casarões e Farias, 2022; Drumond e Rebelo, 2023; Iamamoto, Mano e Summa, 2021; Lopes, Carvalho e Santos, 2022). O mapeamento da rede permitiria também apontar as sub-redes, as posições dos agentes, notadamente aqueles que conectam grupos distintos ao núcleo central da política pública. Dessa forma, seria possível identificar propriamente os agentes públicos e privados, bem como as suas relações sociais, que entrecortam o ciclo da política externa de direitos humanos, dando insumos para interpretar a ação pública desses agentes.

Seria possível também, como estratégia metodológica, continuar e sofisticar o exercício de escolhas de jogos específicos do campo que possuam o potencial de mostrar as clivagens internas, os agentes, os grupos de agentes e suas redes em disputa. Como dito anteriormente, o foco de análise em um jogo específico é importante para limitar o escopo de pesquisa que, numa análise relacional, tende a se expandir de maneira a tornar mais difícil a sistematização das observações e dos achados. Em termos práticos, dentro do hipotético problema de pesquisa sugerido neste *framework* (uma análise da política externa sobre direitos humanos no governo Bolsonaro), o jogo específico praticado no campo da política externa foi escolhido: as ações referentes à política externa dos direitos humanos. Poder-se-ia, a rigor, eleger eventos relacionados ao jogo escolhido. Por exemplo, a adesão e posterior desligamento do Brasil na Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, uma aliança conservadora formada por 37 países e que se posiciona pelo direito à vida, contra o aborto e pelo reconhecimento da família como base da sociedade. A adesão do Brasil à aliança, em 2020, foi uma das principais ações do governo Bolsonaro no âmbito de sua política externa sobre direitos humanos. A saída do país da aliança, proposta pelo Grupo Técnico de Relações Exteriores da equipe de transição governamental, em dezembro de 2022, e concretizada em 2023, foi uma das primeiras ações do novo governo Lula. Este evento da política externa brasileira sobre direitos humanos é daqueles cuja análise relacional possui o condão de revelar dinâmicas de funcionamento das disputas do campo dos diplomatas e mostrar como se formam, consolidam e se enfraquecem as redes sociais formadas entre o *locus* privilegiado e os *loci* interconectados dentro e fora do Estado, contribuindo para a compreensão do funcionamento dos tecidos relacionais do Estado sobre a política externa como política pública.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *framework* proposto neste artigo fornece um instrumento para equacionar o problema teórico e empírico na análise da política externa, notadamente em razão das características de seu processo de tomada de decisão, em que se destacam as decisões múltiplas localizadas em diferentes *loci*, tomadas por meios informais ou confidenciais, e por diferentes agentes e grupos de agentes, estatais e não estatais. Partindo do princípio do estudo de política externa como política pública, a proposta de produzir uma análise relacional, que combina a análise de redes sociais de políticas públicas e a construção de representação geométrica dos espaços sociais dos agentes que atuam em políticas públicas, com base na técnica estatística da ACM, mostra-se uma alternativa às limitações dos modelos centrados em atores singulares e autárquicos (Scott, 1991; Freeman, 2004) e de *policy network* de matriz pluralista (Laumann e Knoke, 1987; Knoke *et al.*, 1996; Blummer *et al.*, 2019), que consideram as redes na política com ênfase em uma unidade básica, os *policy domains* (subsistemas delimitados por organizações formais do Estado ou circunscritas a ele e pelas relações intencionais observadas nestes espaços) (Knoke, 1992). Esta proposta de associação entre as duas técnicas de pesquisa em análise relacional tem o potencial de proporcionar o complemento de lacunas presentes em ambas. Pela análise de rede, sua associação aos estudos de espaços sociais permite a identificação e a interpretação das características sociais dos agentes envolvidos na política pública; pelos estudos de espaços sociais, sua associação às análises de rede permite que as propriedades sociais dos agentes e seus laços sociais sejam compreendidos em conjunto.

#### REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018.
- BADIE, B. **Le diplomatie et l'intrus**. Paris: Fayard, 2008.
- BALBINO, V. R. **Diplomata**: substantivo comum de dois gêneros – um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
- BATISTA, D. N. **Habitus diplomático**: um estudo do Itamaraty em tempos do regime militar (1964-1985). 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- BELÉM, M. Bourdieu e a estatística. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 11, n. esp. 1, 2022.

BERTONCELO, E. **Construindo espaços relacionais com a análise de correspondências múltiplas**: aplicações nas ciências sociais. Brasília: Enap, 2022.

BOESE, V. A.; WILSON, M. C. Contestation and participation: concepts, measurement, and inference. **International Area Studies Review**, v. 26, n. 2, p. 89-106, 2022.

BRUMMER, K. *et al.* (Ed.). **Foreign policy as public policy?** Promises and pitfalls. Manchester: Manchester University Press, 2019.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

\_\_\_\_\_. De la maison du roi à la raison d'État: un modèle de la genèse du champ bureaucratique. **Acte de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 118, p. 55-68, 1997.

\_\_\_\_\_. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011b.

BURGES, S. **Brazil in the world**: the international relations of a South American giant. [s.l.]: Manchester University Press, 2017.

CASARÕES, G.; FARIAS, D. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 35, n. 5, p. 741-761, 2022.

CERVO, A. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

DAHL, R. **Polyarchy**: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

DENORD, F. Géométrie des réseaux sociaux. *In*: LEBARON, F.; LE ROUX, B. **La méthodologie de Pierre Bourdieu en action**: espace culturel, espace social et analyse de données. Paris: Dunod, 2015.

DRUMOND, P.; REBELO, T. Norm spoiling, gender washing and the pushback against women's rights in Brazilian foreign policy. **Globalizations**, v. 16, p. 1-19, 2023.

DUBOIS, V. Os espaços sociais para a produção de políticas públicas. A noção de campo como ferramenta da sociologia da ação pública. *In*: OLIVEIRA, O. P. de; HASSENTEUFEL, P. (Org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. 1. ed. Brasília: Enap, 2021. cap. 7.

DYE, T. **Understanding public policy**. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.

FARIA, C. de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 1, p. 311-355, 2012.

FARIAS, R. de S.; CARMO, G. Atores, eventos e redes da política externa brasileira (1930-1985). **Dados**: Revista de Ciências Sociais, v. 64, p. 1-40, 2021.

FREEMAN, L. **The development of social network analysis**. Vancouver: Empirical Press, 2004.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun. 2000.

GOBO, K. O Ministério das Relações Exteriores pelos seus atores: uma análise sobre o insulamento burocrático. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 34., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2010.

\_\_\_\_\_. O Instituto Rio Branco como espaço de produção e reprodução dos diplomatas brasileiros: uma análise da *Revista Juca*. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2013.

\_\_\_\_\_. **Noblesse d'État**: do campo ao habitus da diplomacia brasileira. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GÓES FILHO, P. **O clube das nações**: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

HEADLEY, J.; WYK, J. Debating the public's role in foreign policy. *In*: HEADLEY, J.; REITZIG, A.; BURTON, J. (Ed.). **Public participation in foreign policy**. [s.l.]: Palgrave Macmillan, 2012. p. 3-20.

HILL, C. **Foreign policy in the twenty-first century**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IAMAMOTO, S.; MANO, M.; SUMMA, R. Brazilian far-right neoliberal nationalism: family, anti-communism and the myth of racial democracy. **Globalizations**, v. 20, n. 5, p. 782-798, 2021.

JANN, W.; WEGRICH, K. Theories of the policy cycle. *In*: FISCHER, F.; MILLER, G.; SIDNEY, M. **Handbook of public policy analysis**: theory, politics, and methods. Boca Raton: CRC, 2007. p. 43-62.

JORDAN, G. Pluralism and its modifications. *In*: THOMAS, C. S. (Ed.). **Research guide to U.S. and international interest groups**. Westport: Praeger Publishers, 2004. Chap. 3, p. 41-46.

KLÜGER, E. Espaço social e redes: contribuições metodológicas à sociologia das elites. **Tempo Social**, v. 29, p. 83-110, 2017.

\_\_\_\_\_. Mapping the inflections in the policies of the Brazilian National Economic and Social Development Bank during the 1990s and 2000s within social spaces and networks. **Historical Social Research**, v. 43, n. 3, p. 274-302, 2018a.

\_\_\_\_\_. Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 86, p. 68-97, 2018b.

KNOKE, D. Networks of elite structure and decision making. *In*: WASSERMAN, S.; GALASKIEWICZ, J. (Ed.). **Advances in social network analysis**. New York: Cambridge University Press, 1992. p. 274-294.

KNOKE, D. *et al.* **Comparing policy networks**: labor politics in the U.S., Germany, and Japan. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LAUMANN, E.; KNOKE, D. **The organizational state**: social choice in the national policy domains. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

LAZEGA, E. **Que sais-je?** Réseaux sociaux et structures relationnelles. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

LEBARON, F. **L'enquête quantitative en sciences sociales**. Paris: Dunod, 2006.

\_\_\_\_\_. How Bourdieu "quantified" Bourdieu: the geometric modelling of data. *In*: ROBSON, K.; SANDERS, C. (Org.). **Quantifying theory**: Pierre Bourdieu. Toronto: Springer, 2009.

LEBARON, F.; LE ROUX, B. (Org.). **La méthodologie de Pierre Bourdieu en action**: espace culturel, espace social et analyse des données. Paris: Dunod, 2015.

LE ROUX, B. **Analyse géométrique des données multidimensionnelles**. Paris: Dunod, 2014.

LE ROUX, B.; ROUANET, H. **Geometric data analysis: from correspondence analysis to structured data analysis**. Dordrecht: Kluwer, 2004.

\_\_\_\_\_. **Multiple correspondence analysis**. London: Sage, 2010.

LIMA, V. L. A. R. **A inserção do negro na carreira de diplomata: ação afirmativa para o Instituto Rio Branco**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LOPES, D. B. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 1, p. 67-86, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política externa e democracia no Brasil: ensaio de interpretação histórica**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 360 p.

\_\_\_\_\_. **Política externa na Nova República: os primeiros 30 anos**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. 284 p.

LOPES, D. B.; CARVALHO, T.; SANTOS, V. Did the far right breed a new variety of foreign policy? The case of Bolsonaro’s “more-bark-than-bite” Brazil. **Global Studies Quarterly**, v. 2, n. 4, p. 1-14, 2022.

LOPES, D. B.; VALENTE, M. S. A construção social dos princípios conformadores e das normas programáticas de política externa brasileira na Constituição Federal de 1988: atores, interesses e disputas. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 49, p. 995-1054, 2016.

\_\_\_\_\_. Constitutions and foreign affairs. *In*: MENDES, C. H.; GARGARELLA, R.; GUIDI, S. (Org.). **The Oxford handbook of constitutional law in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2022. p. 515-532.

MARQUES, E. C. L. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 157-161, 2007.

\_\_\_\_\_. Public policies, power and social networks in Brazilian urban policies. **Latin American Research Review**, v. 47, n. 2, p. 27-50, 2012.

\_\_\_\_\_. A rede dos gestores locais em São Paulo. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 60, p. 437-472, 2017.

\_\_\_\_\_. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. 1-11, 2019.

MCCOURT, D.; RULEY, G. How is the American foreign policy establishment structured? A multiple correspondence analysis of the US China field. **Foreign Policy Analysis**, v. 19, n. 2, 2023.

MILANI, C. Política externa é política pública? **Insight Inteligência**, v. 18, p. 56-75, 2015.

MILANI, C.; PINHEIRO, L. The politics of Brazilian foreign policy and its analytical challenges. **Foreign Policy Analysis**, v. 13, n. 2, p. 278-296, 2017.

MONTEIRO, M. **À sombra do barão**: por uma sociologia da carreira diplomática brasileira. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOURA, C. P. Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco. **Estudos Históricos**, v. 14, n. 25, p. 81-102, 2000.

\_\_\_\_\_. O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco. **Cena Internacional**, ano 8, n. 1, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NEACK, L. **The new foreign policy**: power seeking in a globalized era. 2nd ed. Plymouth: Rowman and Littlefield, 2008.

NOOY, W. Fields and networks: correspondence analysis and social network analysis in the framework of field theory. **Poetics**, v. 31, p. 305-327, 2003.

OLIVEIRA, A. P. C. **Diplomatas negros(as)**: ação afirmativa no Instituto Rio Branco e trajetória de diplomatas (ex) bolsistas. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, O. P. de; HASSENTEUFEL, P. (Org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. 1. ed. Brasília: Enap, 2021. 460 p.

PEDROSO, A. J. O espaço dos jornalistas da economia brasileiros: gerações, origem social e dinâmica profissional. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, p. 133-152, jun. 2015.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. (Org.). **Política externa brasileira**: as práticas da política e a política das práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

POMEROY, M. **Participación ciudadana y política exterior**: la confluencia entre actuación doméstica y transnacional de la sociedad civil brasileña. 2016. Tese (Doutorado) – Institut de Govern i Polítiques Públiques, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2016.

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

ROSENAU, J. Foreign policy as an issue-area. *In*: \_\_\_\_\_. **Domestic sources of foreign policy**. [s.l.]: The Free Press, 1964. p. 11-50.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006. v. 1, p. 21-42.

SCOTT, J. **Social network analysis**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1991.

SILVA, C. A. V. **O vestibular para embaixador e os quartos-secretários**: estudo sobre o concurso de admissão à carreira diplomática. 2005. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2005.

TARGA, L. G. **Os diplomatas brasileiros sob a perspectiva relacional**: o campo dos diplomatas e o campo político. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

TOMASS, L. M. **Diferença e igualdade entre Estados**: uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

VALENTE, M.; LOPES, D. B. Por uma política externa baseada em evidência: política externa como política pública integral e a avaliação como abordagem de pesquisa. **Carta Internacional**, v. 17, n. 2, p. 1-23, 2022.

WATTS, D. Networks, dynamics, and the small-world phenomenon. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 2, p. 493-527, 1999.

